



Rodoil

Distribuidora de Combustíveis S.A.

CNPJ: 07.520.438/0001-40 NIRE: 43300059111



Balço patrimonial de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	Nota	31/12/19	31/12/18	Passivo	Nota	31/12/19	31/12/18
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	122.836	169.734	Fornecedores	14	48.389	55.734
Contas a receber de clientes	6	43.962	34.809	Obrigações sociais	15	1.583	1.601
Adiantamentos	6	6.108	8.371	Obrigações fiscais	15	3.949	546
Impostos a Recuperar	7	21.221	16.781	Adiantamento de Clientes	16	6.806	5.665
Estoques	8	54.547	71.909	Empréstimos e financiamentos	17	51.402	103.087
Outros Créditos		4.204	5.870	Passivos de Arrendamento	19	6.803	-
Total Ativo Circulante		252.878	307.474	Outras obrigações	18	10.085	4.928
Ativos Mantidos para Venda	13	3.270	-	Total Passivo Circulante		129.017	171.561
Aplicações Financeiras LP	5	11.432	12.217	Empréstimos e financiamentos LP	17	226.069	119.273
Contas a receber de clientes LP	6	6.881	6.358	Passivos de Arrendamento LP	19	39.692	-
Ativos de Contratos com Clientes	9	17.395	10.607	Outras obrigações LP	18	3.809	4.285
Outros Créditos LP		6.652	2.610	Provisão para contingências	20	884	260
Impostos a Recuperar LP	7	22.222	-	Total Passivo Não Circulante		270.454	123.818
Tributos Diferidos	28	19.019	11.095	Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	20	8.811	6.881	Capital Social		64.459	64.459
Investimentos	10	12.082	11.558	Reservas de Capital		113.824	113.824
Imobilizado	11	64.974	57.902	Reserva de Legal		-	-
Intangíveis	12	97.569	21.293	Reserva de Lucros		-	-
Ativos de Direito de Uso	11 e 19	46.159	-	Prejuízo Acumulado		(8.410)	(25.667)
Total Ativo Não Circulante		313.196	140.521	Total do patrimônio líquido		169.873	152.616
Total Ativo		569.344	447.995	Total do passivo e patrimônio líquido		569.344	447.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva para giro	Reserva Legal	Prejuízos		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.372	-	39.963	3.751	(0)	61.086	
Adoção inicial de nova norma contábil (CPC 48)	-	-	-	-	(10.320)	(10.320)	
Aumento de Capital	47.088	113.824	(18.141)	(3.947)	-	138.824	
Venda de ações	-	-	-	-	-	-	
Ações em Tesouraria	-	-	(4.000)	-	-	(4.000)	
Contabilização do acervo líquido	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(20.586)	(20.586)	
Destinações propostas:							
Constituição de Reservas	-	-	(196)	196	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.166)	(3.166)	
Dividendos propostos	-	-	(9.222)	-	-	(9.222)	
Reserva de lucros	-	-	(8.404)	-	8.404	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	64.459	113.824	-	-	(25.668)	152.616	
Absorção de Prejuízo Anterior	-	-	-	-	17.258	17.258	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	
Destinações propostas:							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	64.459	113.824	-	-	(8.410)	169.874	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia") tem sede em Caxias do Sul (RS), à Rua Alcides Longhi, nº 220, Bairro Sanvitto, Loteamento Villagio Iguatemi. A Companhia ainda tem filiais nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, tendo como principais atividades a importação, a exportação e a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, compreendendo a aquisição, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o controle de qualidade destes; transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como vasilhames para o seu acondicionamento, comércio de lubrificantes, e o que mais convier concernente ao ramo, assim como a participação no capital em outras empresas, na condição de sócio-quotista ou acionista. Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu a empresa Megapetro Participações Ltda. e sua controlada Megapetro Petróleo do Brasil S.A., passando a deter 100% das ações. A aquisição visou acelerar a expansão do mercado de atuação da Rodoil e ampliação de investimentos da rede de postos, logística, modernização da infraestrutura e elevação do volume movimentado, otimizando os recursos para melhor atender o cliente na entrega do produto, agregando 103 postos bandeirados a rede. O investimento efetuado foi de R\$86 milhões, com registro de ágio de R\$53 milhões (vide nota explicativa 12).

Ativos
Caixa e Equivalentes de Caixa 8.958
Contas a receber de clientes 6.472
Adiantamentos 539
Outros Créditos 4.564
Depósitos judiciais 1.397
Investimentos 1.267
Imobilizado 4.067
Intangíveis 1.227
Ativos de Direito de Uso 8.217
Total Ativo Incorporado **36.708**
Passivo
Fornecedores 950
Empréstimos e financiamentos 20.982
Passivos de Arrendamento 8.217
Outras obrigações 844
Total Passivo Incorporado **30.993**
Acervo Líquido **5.715**

2 Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia, em 23 de abril de 2020. **b. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3 Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (vide Nota Explicativa nº 5). **b. Clientes:** As contas a receber de clientes são compostas por valores a receber de clientes do mercado nacional e são registradas pelo valor faturado, líquido das estimativas de não recebimento e outros efeitos financeiros, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência (vide Nota Explicativa nº 6). **c. Uso de estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares, quando aplicáveis. A determinação dessas estimativas considera experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Os resultados referidos podem divergir dessas estimativas. **d. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos e passivos financeiros são mensurados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço

cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. **e. Estoques** Avaliados ao custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota Explicativa nº 8). **f. Depósitos judiciais:** Estão classificadas na conta de depósitos judiciais os depósitos feitos em juízo relativo a reclamatórias cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos estão avaliados e atualizados ao seu valor líquido de realização (Nota Explicativa nº 20). **g. Investimentos:** Os investimentos são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 10). **h. Imobilizado** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear no resultado, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 11). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. **i. Intangível:** Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como direitos de exploração com prazos mencionados em contratos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A amortização é reconhecida no resultado (Nota Explicativa nº 12). **j. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **k. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. (Nota Explicativa nº 13). **l. Valor recuperável de ativos não financeiros:** Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **m. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 27). **Tributos Correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados con-

Demonstrações de resultados Exercícios de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/19	31/12/18
Receita Líquida	23	4.418.421	4.415.356
Custo das Vendas	24	(4.343.265)	(4.288.881)
Lucro Bruto		75.156	126.475
Despesas de Vendas	24	(12.533)	(47.262)
Despesas Administrativas	24	(36.573)	(25.269)
Impairment de ativos financeiros		-	(9.519)
Resultado de equivalência patrimonial	10	241	1.130
Outras receitas e despesas líquidas	25	23.431	(32.700)
Resultado antes das receitas (Desp.) financ. líq. e impostos		49.722	12.855
Receitas Financeiras		9.355	5.962
Despesas Financeiras		(43.832)	(48.500)
Receita (desp.) financeiras líquidas		(34.477)	(42.538)
Resultados antes dos impostos		15.245	(29.683)
IR e Contribuição Social Correntes	27	(5.607)	(1.376)
IR e Contribuição Social Diferido	27	7.620	10.473
Resultados antes das participações		17.258	(20.586)
Participações a empregados		-	-
Lucro /Prejuízo líquido do exercício		17.258	(20.586)
Lucro básico por ação (em reais)		1,16	(1,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício	17.258	(20.586)
Saldos em 31 de Dezembro	17.258	(20.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

forme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. **n. Outros ativos e passivos:** Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que ocorra, nos próximos 12 meses, sua realização ou liquidação, caso contrário, ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. **o. Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14). **p. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 17). **q. Apuração do resultado:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho e realiza a transferência de controle dos produtos vendidos. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia considera o momento de reconhecimento da receita quando realiza a entrega física dos ativos, transferindo o controle para o cliente. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. **r. Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como plano de saúde, auxílio-educação, entre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **s. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (Nota Explicativa nº 20). **t. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. (Nota Explicativa nº 22). **4 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia adotou inicialmente o IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A seguir são descritas as principais mudanças nas políticas contábeis decorrente da nova norma: **a. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não representou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes jurídicos empregados estão detalhados na Nota 19. **b. IFRIC 23/CPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o impacto da interpretação e entende que não utilizou-se de posições tributárias questionáveis e, portanto, não existe a necessidade de provisão de valores no momento. **5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** São considerados caixa e equivalentes de caixa: os saldos das contas de caixa e bancos, e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa compreen-

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	31/12/19	31/12/18
Lucro /Prejuízo líquido do exercício	17.258	(20.586)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	16.788	4.905
Custo na baixa de Imobilizado	379	9.420
Provisão (reversão) para contingências	624	204
Provisão de Créditos de Liquidação duvidosa	478	9.519
IR e contribuição social corrente e diferido	2.013	(9.097)
Juros sobre capital próprio		
Resultado de equivalência patrimonial	(241)	(1.130)
Efeito do levant. físico e da vida útil do Imobil.		
Juros/atualização de financiamentos	26.564	23.095
63.863	16.330	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Variáveis em ativos e passivos

	31/12/19	31/12/18
Aplicações financeiras	785	(12.217)
Contas a receber de clientes	(10.154)	13.648
Adiantamentos a fornecedores	2.263	18.867
Estoques	17.362	(25.817)
Impostos a recuperar	(34.586)	(3.914)
Outros créditos	(2.376)	(2.914)
Depósitos Judiciais	(1.930)	(6.526)
Fornecedores	(7.345)	19.714
Obrigações Sociais e Fiscais	1.925	1.149
Adiantamentos de clientes	1.141	(8)
Outros passivos	5.526	(3.612)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	36.474	15.313
Imposto de renda e contribuição social pagos	(553)	(3.670)
Fluxo de Caixa líq. ger. pelas ativid. oper.	35.921	11.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de caixa utiliz. nas ativid. de invest.

	31/12/19	31/12/18
No Imobilizado	(24.004)	(10.119)
No Investimento	743	57
No Intangível	(432)	(7.971)
Na incorporação Megapetro	(86.357)	-
Recebimento de Cliente através de Imóvel		
Mantido para Venda	(3.270)	-
Dividendos Recebidos	1.955	-
Rec. líq. utiliz. nas ativid. de investimentos	(111.365)	(18.033)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de caixa proven. das ativ. de financ.

	31/12/19	31/12/18
Captação de empréstimos e financiamentos	313.012	

	Equip. de Comun.	Equipam. de Inform.	Equipam. de Segur.	Imóveis Terreno	Instal. e Equip.	Máq. e Utensílios	Móveis e Benfeit.	Prédios	Veículos	Edific. em Andam.	Máquinas e Equipam. em Comodato	Imobiliz. Aeronave	Direitos de Uso - Imóveis IFRS 16	Investim. em postos	Total
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	10	10	10	10	10	4	20 a 40	4	10	10	10	10	10
Saldo em 31/12/17	12	279	14	16.553	1.270	5.300	566	1.559	14.272	192	17.099	1.154	1.451	-	59.721
Adições	2	131	-	4.175	-	4.381	55	3	474	-	8	890	-	-	10.119
Baixas	(6)	(6)	-	(2.760)	-	(50)	-	-	(459)	-	(8)	(1.575)	-	-	(9.358)
Depreciação Baixas	-	1	-	-	-	19	-	-	36	-	-	156	-	-	212
Transferências entre Imobilizado	21	(21)	-	192	-	(1.397)	-	-	-	(192)	1.397	-	-	-	-
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39)
Depreciações	29	34	(4)	-	(76)	(361)	(10)	(476)	(746)	-	(1.108)	(35)	-	-	(2.753)
Saldo em 31/12/18	64	418	10	13.660	1.194	7.892	611	1.086	13.577	-	17.388	2.005	(3)	-	57.902
Adições	-	120	32	-	78	5.185	112	12	1.399	-	2.237	-	35.141	-	44.316
Baixas	-	(6)	-	-	-	(2)	-	-	(327)	-	-	(24)	-	-	(379)
Transferências entre Imobilizado	-	(1)	-	-	-	(2.658)	-	-	-	2.752	-	-	-	-	-
Depreciações	(9)	(110)	(4)	-	(90)	(498)	(57)	(44)	(1.268)	-	(1.431)	-	(5.308)	-	(8.819)
Incorporação - Aquisições	-	520	-	-	257	265	-	-	306	-	4.149	-	18.135	18.833	42.465
Incorporação - Depreciações	-	(391)	-	(131)	-	(179)	(135)	-	(33)	-	(2.488)	-	(1.809)	(7.415)	(12.581)
(-) Prov. Perdas Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.596)	(9.596)
Transf. Ativo Mantido p/ Venda	-	-	-	(2.175)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.175)
Saldo em 31/12/19	55	550	38	11.354	1.182	9.977	796	1.054	13.654	-	20.370	4.125	(3)	46.159	111.133

Imobilizado O imobilizado em andamento refere-se substancialmente às ampliações e às reformas das construções e à modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis. A empresa não possui nenhum imóvel dado como garantia. **12 Intangível:** A composição do intangível é a seguinte:

	Fundo de comércio	Direitos de Fidejussão de Postos	Direitos de Exploração	Patentes	Software	Outros	Intang. em andamento	Mega GoodWill	Mega Marca Mais Valia	Mega Clientes Mais Valia	Total
Taxas anuais de Amortização	-	6 a 25	12 a 20	-	20	4	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	6.304	9.362	4.986	131	122	2.656	2.755	-	-	-	26.316
Aquisição	800	2.872	1.320	-	1.548	-	1.431	-	-	-	7.971
Venda/Baixa	-	(71)	-	-	(198)	-	(4)	-	-	-	(273)
Transferências	-	(10.607)	3.638	-	13	-	(3.614)	-	-	-	(10.570)
Amortização	-	(1.556)	(205)	-	(30)	(360)	-	-	-	-	(2.151)
Saldo em 31/12/18	7.104	6.101	131	5.080	2.309	568	-	-	-	-	21.293
Aquisição	1.226	-	200	-	161	-	1.609	53.257	4.561	18.775	79.789
Venda/Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	71	-	(71)	-	-	-	-
Amortização	-	-	(174)	-	(1.151)	(360)	-	-	(534)	(1.294)	(3.513)
Saldo em 31/12/19	8.330	-	6.127	131	4.161	1.949	2.106	53.257	4.027	17.481	97.569

Fundo de comércio refere-se, principalmente, à obtenção de pontos comerciais para abertura de postos Rodoil, são contabilizados pelo seu custo de aquisição e permanecem até a efetiva alienação. Direitos de exploração incluem os pagamentos de "luvas" para obtenção de pontos comerciais para abertura de postos, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando os prazos dos contratos de locação. Marcas representam os custos de aquisição da marca Rodoil no Brasil. Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Companhia tais como: sistemas de gestão e controle, administração financeira, comércio, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros. Intangível em andamento refere-se substancialmente às ampliações de licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Companhia tais como: sistemas de gestão e controle, administração financeira, comércio, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros. O valor de Goodwill, marca mais valia e clientes mais valia referem-se a transação de aquisição de 100% das ações da empresa Megapetro Participações Ltda. e sua controlada Megapetro Petróleo do Brasil S.A. realizada em 28 de fevereiro de 2019. A empresa foi totalmente incorporada em 31 de maio de 2019. Movimentação realizada conforme quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento Inicial Compra Megapetro	(86.357)	-
Conta Corrente Mega	(518)	-
Cliente Marca Mais Valia	18.775	-
Marca Mais Valia	4.561	-
Equivalência Patrimonial	10.282	-
Agio	53.257	-
13 Ativos Mantidos Para Venda: Os ativos apresentados como mantidos para venda consistem de um terreno localizado na cidade de Marialva, no estado do Paraná e um terreno recebido como forma de quitação de faturas em aberto do cliente Auto Posto Weiller, na cidade de Pérola D'Oeste, no estado do Paraná, totalizando o montante de R\$ 3.270. Espera-se que até outubro de 2020 ambas transações de venda estejam concluídas. 14 Fornecedores: A composição de fornecedores é a seguinte:		
Fornecedores	31/12/2019	31/12/2018
Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda	2.023	6.904
Agro Energia Santa Luzia S.A.	1.307	-
Biosev S.A.	1.653	-
Habitas Controladora e Incorporadora S.A.	12	906
Flamma Oleos e Derivados Ltda	-	24.642
Usina Eldorado S.A.	-	2.357
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A	23.046	15.919
Wayne Industri e Comercio Ltda	19	38
Raizen Paraguru Ltda	-	611
Esfera Assessoria e Negócios Internacionais	-	345
Raizen Caarapo a Açúcar e Alcool Ltda	-	1.311
MK Arantes Agria Comunicacao Visual	541	-
Vitol INC	13.628	-
VHFZP Comercio de Combustiveis Ltda	315	-
Outras	5.845	2.701
Total	48.389	55.734

15 Obrigações sociais e fiscais: A composição de obrigações sociais e fiscais é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Imp. s/ Circul. de Merc. e Serv. (ICMS) a recolher	1.354	419
IR Pessoa Jurídica (IRPJ) e CS sobre o Lucro Líquido (CSLL) a recolher	2.527	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	125	97
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	418	309
Imposto de Renda (IR) a recolher	379	229
Salários a Pagar	705	476
Outras	24	617
Total	5.532	2.147
Obrigações Fiscais	3.949	546
Obrigações Sociais	1.583	1.601
16 Adiantamento de clientes: A composição de adiantamento de clientes é a seguinte:		
31/12/2019	31/12/2018	
Posto de Combustíveis Fenavinho Ltda	1.513	-
Auto Posto Rodoil Ltda	-	3.000
Posto Oficinas Ltda	432	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	259	-
Maxsul Distribuidora de Combustíveis Ltda	216	-
Abastecedora de Combustíveis Lagoa do Ar	206	-
Coqueiro Transportes e Revenda Ltda	7	380
Auto Posto Don Juan EIRELI	-	101
Outros	5.686	6.772
Total	6.806	5.666

17 Empréstimos e financiamentos: A Companhia tem captado recursos com a finalidade de capital de giro e ativo fixo. Em 31 de dezembro de 2019, esses empréstimos e financiamentos estavam assim apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260	-
Adição a provisão de contingências trabalhistas	870	-
Adição a provisão de contingências cíveis	14	-
Baixa de provisão de contingências trabalhistas/cíveis	(260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		